CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 21.383/13/1ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.000192963-61
Impugnação: 40.010134227-91
Impugnante: Erivelton José Carnielli
CPF: 433.660.076-72
Coobrigado: Banco Bradesco S/A - CNPJ: 60.746948/0001-12
Origem: DF/Governador Valadares

EMENTA

IPVA - FALTA DE RECOLHIMENTO – DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO – PESSOA FÍSICA. Comprovada a falta de recolhimento do IPVA devido, em virtude da constatação de que o proprietário do veículo tem residência habitual neste Estado, nos termos do disposto no art. 127, inciso I do CTN. O registro e o licenciamento do veículo no Estado do Espírito Santo não estão autorizados pelo art. 1º da Lei nº 14.937/03 c/c o art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Corretas as exigências de IPVA, Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03 e juros de mora. Lançamento procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A presente autuação versa sobre a falta de recolhimento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, em virtude do registro e licenciamento indevido no Estado do Espírito Santo, nos exercícios de 2010 a 2012, do caminhão trator Mercedes-Benz/Axor 2544 S, placa MSN-7245, RENAVAL 207787131, de propriedade do Autuado.

Exigem-se o IPVA e Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03.

Inconformado, o Autuado apresenta, tempestivamente, Impugnação às fls. 71/73, contra a qual o Fisco manifesta-se às fls. 83/84.

DECISÃO

Decorre o presente lançamento da constatação de falta de recolhimento de IPVA, nos exercícios de 2010 a 2012, referente ao caminhão trator M. Benz/Axor 2544 S, placa MSN-7245, RENAVAL 207787131, em favor do Estado de Minas Gerais, no qual o proprietário (Autuado) tem residência habitual.

O Sujeito Passivo foi demandado em 26/06/12, por meio do Termo de Intimação nº 160/2012 (fls. 15/16), onde lhe foi comunicado o procedimento fiscal auxiliar exploratório para apuração de indícios de possível omissão de IPVA devido ao Estado de Minas Gerais, relativo à propriedade do caminhão trator mencionado, bem como a três outros veículos. O Contribuinte também foi solicitado, no referido Termo, a

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

apresentar documentos que comprovassem a sua residência no Estado do Espírito Santo.

Em atenção ao referido Termo de Intimação, o Sujeito Passivo apresentou os seguintes documentos:

- 1) resposta ao Termo de Intimação nº 160/12 (fls. 51/53);
- 2) cópia da Notificação da Vigilância Sanitária, datada de 20/07/09, onde é determinada a retirada de suínos de imóvel à Av. Rio Doce, Beira Linha, Baixo Guandu/ES (fls. 55);
- 3) cópia de nota fiscal emitida por Ceres - Indústria e Comércio de Troncos e Balanças Ltda – ME em 08/01/04, cujo destinatário é o Sítio Beira Rio, Zona Rural de Baixo Guandu/ES (fls. 56);
- 4) cópia de Auto de Infração série A nº 1244, emitido pelo Departamento de Inspeção e Fiscalização Animal e Vegetal – DIFAV do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo, datado de 03/07/09, notificando que a Chácara, situada na Av. Rio Doce/Beira Linha – Sapucaia, Baixo Guandu/ES é local impróprio e insalubre para abate de suínos (fls. 57);
- 5) cópia de contas de energia elétrica referentes aos meses de janeiro de 2004, novembro de 2005, julho de 2008 e maio de 2012, emitidas por Espírito Santo Centrais Elétricas S/A – Escelsa (fls. 58/61).

Posteriormente, houve a emissão da Comunicação de Encerramento de Exploratória nº 160/12 recebida pelo Contribuinte em 15/08/12 (fls. 14 e 16), o qual responde nessa mesma data (fls. 62).

Com o intuito de comunicar o encerramento da exploratória, bem como, o início da ação fiscal, foi expedido o Auto de Início de Ação Fiscal (AIAF) nº 00.72013, recebido pelo Autuado e seu Coobrigado em 01/04/13 (fls. 10/13), por meio do qual é solicitado ao contribuinte apresentar comprovantes de pagamento do IPVA devido ao Estado de Minas Gerais no período de 29/03/10 a 31/12/12.

Por meio do cruzamento de dados da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, Receita Federal do Brasil, DETRAN/ES e DETRAN/MG, constatou-se que o caminhão trator Mercedes-Benz/Axor 2544 S, placa MSN-7245, RENAVAM 207787131, de propriedade do Impugnante, encontrava-se registrado e licenciado no Estado do Espírito Santo, apesar de o proprietário residir no Estado de Minas Gerais.

A questão do domicílio tributário para se aferir o sujeito ativo da relação tributária competente para exigir o pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA precisa ser analisada no contexto da legislação que rege a matéria.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 155, inciso III, atribuiu aos Estados membros e ao Distrito Federal competência para a instituição do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. Dessa forma, cada Estado editou sua lei instituindo a cobrança do imposto. Isso faz com que muitos veículos sejam registrados em Unidades Federadas que possuem alíquotas menores, embora os proprietários sejam

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

residentes em Minas Gerais, o que acarreta perda de arrecadação para o Estado e o Município de sua residência habitual.

No caso do Estado de Minas Gerais, foi editada a Lei nº. 14.937/03, que ao estabelecer a cobrança do IPVA, disciplinou:

Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

Parágrafo único. O IPVA incide também sobre a propriedade de veículo automotor dispensado de registro, matrícula ou licenciamento no órgão próprio, desde que seu proprietário seja domiciliado no Estado.

(...)

Art. 4º Contribuinte do IPVA é o proprietário de veículo automotor.

(...)

Art. 10. As alíquotas do IPVA são de:

I - 4% (quatro por cento) para automóvel, veículo de uso misto, veículo utilitário e outros não especificados neste artigo;

II - 3% (três por cento) para caminhonete de carga picape e furgão;

III - 1% (um por cento) para veículos destinados a locação, de propriedade de pessoa jurídica que preencha pelo menos um dos seguintes requisitos:

Conforme se verifica, o legislador estadual, usando da sua competência constitucionalmente prevista, delimitou o campo de incidência do tributo, ou seja, estabeleceu que o IPVA será devido ao Estado de Minas Gerais, quando o veículo automotor estiver sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

Cabe, todavia, indagar quais as condições determinantes para que o veículo sujeite-se ao registro e licenciamento no Estado de residência de seu proprietário.

Sobre a matéria, o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, aprovado pela Lei nº 9.503, de 1997, dispõe:

DO REGISTRO DE VEÍCULOS

Art. 120. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei.

(...)

Art. 121. Registrado o veículo, expedir-se-á o Certificado de Registro de Veículo - CRV de acordo com os modelos e especificações

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

estabelecidos pelo CONTRAN, contendo as características e condições de invulnerabilidade à falsificação e à adulteração.

(...)

DO LICENCIAMENTO

Art. 130. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, para transitar na via, deverá ser licenciado anualmente pelo órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, onde estiver registrado o veículo.

Salienta-se que, não obstante as várias conceituações existentes sobre os termos “domicílio” e “residência”, não cabem aqui as definições trazidas pelo Código Civil de 2002, dada a regra da especialidade.

A interpretação a ser considerada, neste caso, é a do CTN, posto que a matéria ora discutida é de natureza tributária, que assim determina:

Domicílio Tributário

Art. 127. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

(...)

Quanto à distinção entre domicílio e residência, cabe mencionar a excelente lição do insigne professor Renato Bernardi, acessada pelo sítio <http://www.conjur.com.br/2006-mai-28/ipva> pago onde dono automóvel mora, que ora se transcrevem excertos:

Partindo-se do pressuposto de que “domicílio” e “residência” são palavras cujos significados não se confundem, há que se dar uma interpretação coerente ao dispositivo. A interpretação que mais se encaixa na *ratio legis* da norma é aquela que indica que, ao referir-se a “domicílio”, o Código de Trânsito faz menção à pessoa jurídica. Ao passo que, ao mencionar “residência”, dirige-se às pessoas físicas.

E continua:

Outra interpretação levaria à absurda conclusão de que o artigo 120 do Código de Trânsito Brasileiro considera somente a pessoa física, esquecendo-se da pessoa jurídica, além de distanciar referida regra do disposto no artigo 127 do Código Tributário Nacional, regra específica do domicílio tributário. Sendo assim, na determinação do domicílio do IPVA paulista, segue-se a regra geral do artigo 127 do Código Tributário Nacional.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Por conseguinte, o critério que fixa o domicílio tributário, para fins do IPVA é o previsto no artigo supramencionado, que determina que as pessoas registrem seus veículos na Unidade da Federação onde residam com habitualidade.

Essa assertiva pretende demonstrar que o deslinde da questão passa necessariamente pela comprovação do local de residência habitual do sujeito passivo, nos moldes do que prevê o art. 127, inciso I do CTN, já mencionado.

Passa-se, então, a análise dos documentos juntados aos autos, para a aferição da residência habitual do Autuado:

1) consulta ao Banco de Dados da Receita Federal do Brasil que apresenta informação fornecida por ele, de que seu domicílio fiscal é no Município de Aimorés/MG (fls. 25);

2) no Cadastro de Contribuinte do Estado de Minas Gerais encontra-se como sócio administrador da empresa “B.J. Comércio Agropecuário Ltda - ME”, I.E 011607348.00-73, CNPJ 26.078.329/0001-69, com sede em Aimorés/MG (fls. 26/28, 31, 32/34). É também empresário individual atuando sob a razão social “Erivelton José Carnielli - ME”, I.E 011997324.00-63, com sede também em Aimorés (fls. 27, 29, 31, 35/37);

3) consulta ao cadastro de clientes das empresas fornecedoras de energia elétrica e de serviços de telecomunicações - Convênio ICMS 115/2003, a respeito de Erivelton José Carnielli – CPF 433.660.076-72, indicam que mantém contrato para o fornecimento destes serviços em imóveis nos Municípios de Aimorés e Itueta, Minas Gerais (fls. 30);

4) possui duas inscrições no cadastro de Produtor Rural de Minas Gerais: 001238668.00-70 no Município de Aimorés/MG; e, 001238668.01-50 no Município de Itueta/MG (fls. 38/44);

5) o sítio “www.radaroficial.com.br” lista processos em trâmite no TJ/MG, nos quais é mencionado como parte (fls. 45/48);

Em sua impugnação, o Autuado informa que possui uma propriedade em Baixo Guandu/ES, onde alega que cria animais e auferir rendimentos decorrentes dessa atividade. Contudo, não apresentou documentação capaz de comprovar essas alegações.

A maioria dos documentos apresentados pelo Impugnante em resposta ao Termo de Intimação nº 160/2012, e reapresentados em anexo à impugnação, não o beneficiam, pois correspondem a datas anteriores ao período autuado.

O único documento apresentado (fls. 61 e 79) que corresponde ao período objeto da autuação é a nota fiscal de energia elétrica emitida por Espírito Santo Centrais Elétricas S/A – Escelsa, referente ao mês de maio de 2012, com vencimento em 13/06/12. Note-se, contudo, que o endereço de entrega situa-se no Município de Aimorés (fls. 10/16), mesmo que o Impugnante alegue estar presente diariamente no imóvel em Baixo Guandu.

Mesmo não tendo o Autuado comprovado sequer a propriedade do imóvel, o Fisco entende que seria possível inferir que tal afirmação seja verdadeira.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Porém, é importante ressaltar que o fato de ser proprietário de imóvel, urbano ou rural, por si só, não confere ao proprietário de veículo automotor a possibilidade de registro do automóvel no Estado onde se localiza o imóvel, haja vista que o critério determinador do domicílio tributário é a habitualidade da residência e não, a titularidade do domínio do bem imóvel.

E, no presente caso, os fatos comprovados nos autos que determinam a habitualidade da residência são:

- 1) a condição de sócio administrador e empresário à frente de dois estabelecimentos comerciais no Município de Aimorés/MG;
- 2) também o fato de ser proprietário de dois imóveis rurais nos Municípios de Aimorés e Itueta, Minas Gerais;
- 3) a eleição, como domicílio fiscal junto à Receita Federal, de seu endereço em Aimorés/MG.

À vista da farta comprovação e, da falta de documentos apresentados pelo Impugnante capazes de ilidir a imputação fiscal, verifica-se que o seu domicílio habitual é no Município de Aimorés/MG.

Portanto, conclui-se que, pela legislação posta, o sujeito ativo competente para receber o IPVA é o Estado da Federação em que reside o proprietário do veículo, e, no caso em exame, é o Estado de Minas Gerais pelas provas constantes dos autos.

A inclusão do Coobrigado, Banco Bradesco S/A, no polo passivo da obrigação tributária está fundamentada nos arts. 4º e 5º, inciso I, ambos da Lei nº 14.937/03:

Art. 4º - Contribuinte do IPVA é o proprietário de veículo automotor.

Art. 5º - Respondem solidariamente com o proprietário pelo pagamento do IPVA e dos acréscimos legais devidos:

I - o devedor fiduciante, em relação a veículo objeto de alienação fiduciária;

Assim, evidenciada a falta de pagamento do IPVA, correto o Fisco em exigir o tributo incidente, bem como aplicar a penalidade prevista no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03, *in verbis*:

Art. 12. O não-pagamento do IPVA nos prazos estabelecidos na legislação sujeita o contribuinte ao pagamento de multa calculada sobre o valor atualizado do imposto ou de parcelas deste, conforme disposto nos incisos abaixo, bem como de juros de mora:

(...)

§ 1º Havendo ação fiscal, a multa será de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, observadas as seguintes reduções:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Dessa forma, resta plenamente caracterizada a infração fiscal e corretas as exigências consubstanciadas na presente Notificação de Lançamento.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Sauro Henrique de Almeida (Revisor) e Carlos Alberto Moreira Alves.

Sala das Sessões, 08 de outubro de 2013.

**Maria de Lourdes Medeiros
Presidente**

**Alexandre Périssé de Abreu
Relator**

CC/MG